



*Mercado Municipal de
Piracicaba*



CÂMARA MUNICIPAL DE

PIRACICABA

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Piracicaba

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE DOCUMENTAÇÃO

José Alexandre Pereira (Chefe do departamento)

SETOR DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

Giovanna Fenili Calabria (Arquivista I – Reg.195/SC)

Dayane Cristina Soldan (Arquivista – Reg.2168/SP)

Bruno Didoné de Oliveira (Escriturário)

Brenno Rodrigo Monteiro (Estagiário de História)

Gabriel Venâncio Tenório (Estagiário de História)

Samara Nascimento Lopes (Estagiária de Administração)

TEXTO E PESQUISA

Bruno Didoné de Oliveira (Escriturário)

2ª EDIÇÃO

2024

MERCADO MUNICIPAL DE PIRACICABA

HISTÓRICO

BR-SPCVP-CEPMMP

MEADOS DO SÉCULO XIX

Piracicaba tinha um bom movimento comercial, bem como um considerável número de negociantes. Porém, não tinha um local apropriado em que esses comerciantes pudessem negociar suas mercadorias.

A ausência desse espaço fez com que, pela primeira vez, a Câmara tratasse do assunto em uma de suas sessões, o que aconteceu na sessão ordinária de 17 de julho de 1858, quando se discutiu sobre “a necessidade que tem este Município de umas casinhas onde depositem os lavradores seus efeitos para serem postos à venda”.

Assim, abordava-se, de maneira embrionária, sobre esse espaço, trinta anos antes da inauguração do que viria a ser o Mercado Municipal.

No entanto, essa primeira abordagem não surtiu efeito prático, pois a cidade continuou sem seu mercado.

Mais dezenove anos e a Câmara voltou a tratar do assunto, na sessão de 20 de abril de 1877, quando, ao analisar um requerimento que pleiteava a instalação de um mercado, a Casa deliberou que “Esta Câmara ainda não pode estabelecer mercado sem Regulamento, que não tem”.

Passados mais quatro anos, sem o mercado, e a Câmara, em sessão de 08 de janeiro de 1881, indicou que “se nomeasse uma comissão para dar seu parecer e plano sobre a necessidade que temos de um mercado”.

Nos três anos seguintes nada aconteceu.

Foi um período em que a população reivindicava e a imprensa pressionava para a construção de um mercado.

Essa movimentação da sociedade surtiu efeito, eis que culminou numa tomada de atitude por parte do vereador Manoel de Moraes Barros, que, na sessão de 07 de setembro de 1884, indicou que a Câmara “delibere a criação de uma praça do mercado, designando o local em que a mesma deve ser colocada, e que sobre esta sua indicação desse parecer a Comissão de Obras Públicas, não só sobre a vantagem da mesma, como da localidade em que deve ser colocada”.

Nove meses depois, na sessão de 21 de junho de 1885, a Comissão de Obras Públicas se manifestou sobre o local para construção do mercado, “sendo a mesma de parecer que fosse escolhido o Largo do Gavião”. O local então conhecido como Largo do Gavião está localizado na hoje Praça Almeida Junior, onde até pouco tempo atrás funcionava a Pinacoteca Municipal.

Nessa mesma sessão, foi aprovado o plano de construção do mercado, apresentado pelo Engenheiro Miguel Assmussen.

No início do ano seguinte, nas sessões dos dias 07 e 10 de janeiro de 1886, a Câmara trouxe à tona “dificuldades quase insuperáveis para a construção do mercado no local escolhido”. Dificuldades que consistiam principalmente na necessidade de se aterrar o terreno, devido à sua forte declividade. E, para aterrar, teria que ser despendida uma quantia muito grande de verba, que não estava prevista no orçamento.

Na busca por outro local, a comissão encontrou um terreno situado à Rua do Comércio, atual Rua Governador Pedro de Toledo, “pertencente à dona Maria Josepha de Camargo em sua maior parte, e a João Conrado Engelberg em parte menor”.

Ocorre que, dias depois, a sessão de 02 de fevereiro de 1886 registrou que a Câmara tinha se acertado com a sra. Maria Josepha de Camargo, mas que encontrou dificuldades a chegar a um acordo com o sr. João Conrado Engelberg, e que, com a celeuma instalada, o sr. Jacob Diehl ofereceu, gratuitamente, um terreno na Rua da Palma, atual Rua Tiradentes, esquina com a Rua do Conselho, atual Rua Regente Feijó.

Contudo, a Câmara não aceitou a proposta do sr. Jacob Diehl por dois motivos: já estava com a palavra comprometida com a sra. Maria Josepha de Camargo e o terreno oferecido era insuficiente para o fim desejado.

Quanto ao desacordo com o sr. João Conrado Engelberg, o problema logo foi resolvido, pois cinco dias depois, a sessão de 07 de fevereiro de 1886 registra que a Câmara tinha entrado em acordo com os proprietários de ambos os terrenos.

A perspectiva de contar com o Mercado próximo às suas casas animou os moradores das duas localidades, tanto que, dias depois, a sessão de 21 de fevereiro de 1886 registrou o recebimento de requerimentos dos residentes da Rua da Palma e também da Rua do Comércio, ambos solicitando a construção do Mercado nas respectivas ruas.

Mesmo assim, a Câmara manteve a escolha inicial pela Rua do Comércio, tendo em vista o compromisso já assumido com a sra. Maria Josepha de Camargo.

Definido o local, tiveram início as obras, que transcorreriam ao longo de um ano, período no qual a Câmara tratou de temas atinentes à execução dos trabalhos, como a aquisição de pequenos terrenos adjacentes ao local e calçamentos das ruas e praças próximas.

No início de 1887, mais precisamente na sessão de 05 de março, a sessão ordinária registrava o recebimento de um ofício do engenheiro Miguel Assmussen, comunicando a conclusão do edifício do Mercado.

Mas o novo equipamento ainda não poderia ser aberto ao público, eis que, de acordo com o registrado na sessão do dia seguinte, 06 de março, era necessário que houvesse um regulamento, e que esse regulamento fosse

submetido à aprovação da Assembleia ou do Presidente da Província, bem como era preciso que se procedesse a algumas obras complementares.

Nesse mesmo dia, ficou decidido também que a confecção do regulamento ia ficar sob responsabilidade dos vereadores Prudente de Moraes e Paulo Pinto.

Dois meses foram necessários para a elaboração do regulamento, que foi apresentado por Prudente de Moraes e Paulo Pinto na sessão de 08 de maio de 1887.

Uma semana depois, na sessão de 15 de maio de 1887, o regulamento passa por sua primeira deliberação na Câmara, em que é aprovado com algumas emendas.

As discussões sobre a proposta do regulamento e a apresentação de emendas à proposta tomaram os meses seguintes até que, no dia 04 de setembro de 1887, a Comissão de Redação apresentou o projeto com as emendas contempladas para apreciação da Casa, o qual foi aprovado, conforme registra a sessão ordinária desse dia.

Após a aprovação definitiva, passaram-se mais quatro meses até que, no começo do ano seguinte, mais exatamente na sessão do dia 07 de janeiro de 1888, fosse assinado um ofício dirigido à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, remetendo o projeto do regulamento, para que fosse aprovado e pudesse permitir o funcionamento do mercado o mais breve possível.

O regulamento, então, foi enviado à Assembleia, na capital.

Por quatro meses a Câmara aguardou uma resposta, que não vinha.

Até que, na sessão de 12 de maio de 1888, a Câmara resolveu oficiar o Presidente da Província, “pedindo cópia autêntica do Regulamento do Mercado desta cidade, a fim de abrir o mesmo Mercado por ser necessário ao público”.

A manifestação da Câmara solicitando uma resposta surtiu o efeito desejado, eis que, três semanas depois, na sessão de 03 de junho de 1888, a Casa recebeu um ofício do Secretário da Província, “remetendo cópia autêntica do Regulamento do Mercado”.

No mesmo dia, a Câmara mandou “quanto antes apedregulhar e calçar ao redor do Mercado, visto estar próxima a abertura do mesmo” e proferiu o seguinte despacho: “Publique-se o Regulamento com o prazo de 30 dias, a fim de ser aberto o Mercado no dia 05 de julho próximo futuro”.

O prédio concluído, o regulamento pronto, os arredores com a estrutura adequada. Faltava só a nomeação dos servidores que iriam se responsabilizar pelo efetivo funcionamento do espaço.

Então, a cinco dias da data programada, na sessão de 30 de junho de 1888, o vereador Prudente de Moraes indicou os primeiros funcionários da história do Mercado: José Julio César Huffen Baecher – Administrador; Francisco Mendes de Godoy – Ajudante; Paulino José de Carvalho – Servente.

Finalmente, após décadas de espera dos cidadãos e anos de deliberações na Câmara, no dia 05 de julho de 1888 o Mercado Municipal, enfim, foi aberto ao público, exatos trinta anos após a primeira manifestação da ideia vir à tona.

Nas décadas seguintes e por mais de um século, o Mercado continuou exercendo com excelência sua função primária desde o dia em que abriu as portas, que é a comercialização de alimentos, se consolidando como um importante ponto de abastecimento.

Mas não só. Pois o Mercado, ou “Mercadão”, como é carinhosamente chamado, tem, hoje, uma importância social, ambiental, cultural e histórica para Piracicaba, sendo, assim como os mercados municipais de outras cidades, um espaço voltado não só para a comercialização, mas também para a socialização, em que é possível ter contato com elementos e produtos típicos da região em que está instalado.